

## RELATÓRIO

**O SENHOR MINISTRO GILMAR MENDES (RELATOR):** Trata-se de ação direta de inconstitucionalidade proposta pelo PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA em face da Lei 13.489/2017, que altera *“a Lei nº 8.935, de 18 de novembro de 1994 – Lei dos Cartórios, que regulamenta o art. 236 da Constituição Federal, dispondo sobre serviços notariais e de registro”*.

Transcrevo o teor do diploma normativo impugnado:

“Art. 1º Esta Lei resguarda as remoções que obedeceram aos critérios estabelecidos na legislação estadual e na do Distrito Federal até 18 de novembro de 1994.

Art. 2º O art. 18 da Lei nº 8.935, de 18 de novembro de 1994, passa a vigorar acrescido do seguinte parágrafo único:

‘Art. 18. (...)

Parágrafo único. Aos que ingressaram por concurso, nos termos do art. 236 da Constituição Federal, ficam preservadas todas as remoções reguladas por lei estadual ou do Distrito Federal, homologadas pelo respectivo Tribunal de Justiça, que ocorreram no período anterior à publicação desta Lei.’ (NR)

Art. 3º (VETADO).

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.”

A parte requerente narra que o art. 236 da Constituição Federal *“exige prévia aprovação em concurso público como requisito indispensável para ingresso nas serventias notariais e de registro”*, sendo necessária a realização de concurso público *“tanto nas hipóteses de acesso inicial (provimento originário por nomeação), quanto nas de assunção de nova serventia por quem já era titular de outra (provimento derivado mediante remoção)”*.

Assinala, entretanto, que, *“no plano fático”*, mesmo após a Constituição de 1988, *“foram concretizadas as remoções de diversos notários e registradores sem prévia aprovação em concurso, notadamente mediante a adoção da denominada remoção por permuta, autorizada por leis e atos normativos estaduais e do Distrito Federal e com anuência dos respectivos Tribunais de Justiça”*, de modo que *“diversos notários e registradores passaram a titularizar novas serventias distintas daquelas nas quais já atuavam, sem terem sido aprovados previamente em concurso de remoção”*.

Assevera que a Lei 8.935/1994, que regulamenta o art. 236 do texto constitucional, nada obstante tenha conformado o referido dispositivo, em sua redação originária deixou de disciplinar *“a situação dos titulares de serventias notariais e de registro que, no plano fático, entre a data da promulgação da Carta da República atual e a da entrada em vigor do aludido diploma federal e com base em legislações estaduais e distritais, foram removidos para outras serventias sem prévia aprovação em concurso de remoção”*.

Aponta que a Lei 13.489/2017, ora impugnada, por sua vez, veio a convalidar justamente *“as remoções de titulares de serviços notariais e de registro que, com base em critérios previstos em normas estaduais e do Distrito Federal, foram realizadas entre a data da promulgação da Constituição Federal de 1988 e a da entrada em vigor da Lei 8.935/1994”*.

Sustenta que o art. 236, § 3º, da Constituição Federal sempre foi claro no sentido de *“exigir prévia aprovação em concurso público como requisito indispensável para ingresso nas atividades notariais e de registro”*, não existindo qualquer diferenciação se de acesso inicial ou se mediante remoção.

Aduz, assim, que todas as remoções realizadas sem prévia realização de concurso público após a promulgação da Constituição de 1988 são inconstitucionais.

Alega que a Lei 13.489/2017 objetiva convalidar remoções realizadas sem concurso público, o que transgride o art. 236, § 3º, do texto constitucional, não tendo referido diploma normativo o condão de *“constitucionalizar as remoções de serventias notariais e de registro realizadas em descompasso com a regra do concurso público”*, tendo em vista a inadmissibilidade do *“fenômeno da constitucionalidade superveniente”*.

Argui, por fim, que, na hipótese de não se entender pela inconstitucionalidade integral do diploma normativo questionado, *“ante a possibilidade de ser compreendido como uma tentativa de confirmação dos resultados dos concursos de remoção de titulares de serventias notariais e de registro havidos sob a égide da ordem constitucional em vigor e antes da edição da Lei 8.935/1994”*, há de se conferir interpretação conforme ao parágrafo único do art. 18 da Lei 8.935/1994, para fixar o *“entendimento de que as disposições nele contidas somente são aptas a resguardar e a respaldar as remoções posteriores à data da promulgação da Carta de 1988 e anteriores à de publicação da Lei 8.935/1994 que tenham sido concretizadas mediante prévia realização de concurso de remoção”*.

Requer a procedência do pedido, para declarar a inconstitucionalidade da Lei 13.489/2017 e, subsidiariamente, para

conferir interpretação conforme ao parágrafo único do art. 18 da Lei 8.935/1994, nos termos acima expostos.

Considerando a complexidade e a relevância da matéria, adotei o rito do art. 12 da Lei 9.868/1999 (eDOC. 6).

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, ao prestar as informações que lhe foram requisitadas, manifesta-se pela procedência do pedido formulado na petição inicial, ante a necessidade de realização de concurso público para remoção para serventias notariais e de registros vagas (eDOC. 14).

O SENADO FEDERAL, por sua vez, ao apresentar suas informações, assinala que a Lei 13.489/2017 *“não pretende afastar a obrigatoriedade de concurso público para o acesso à delegação de serviços notariais”*, cuida-se, na realidade, de uma regra de transição *“para validar os critérios de remoção vigentes nos estados e Distrito Federal entre a promulgação da Constituição de 1988 e a edição da Lei nº 8.935, de 18 de novembro de 1994”*, tendo em vista a necessidade de preservação da segurança jurídica (eDOC. 17).

O ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO manifesta-se pela procedência do pedido, nos termos da seguinte ementa:

*“Serviços notariais e de registro. Lei nº 13.489/2017, que ‘altera a Lei nº 8.935, de 18 de novembro de 1994 - Lei dos Cartórios, que regulamenta o art. 236 da Constituição Federal, dispondo sobre serviços notariais e de registro’. Violação ao artigo 236, § 3º, da Constituição. Desde a promulgação da Carta de 1988, exige-se a prévia realização de concurso público para a aquisição da titularidade de serventia extrajudicial, seja por ingresso, seja por remoção ou permuta. O disposto no artigo 236, § 3º, da Constituição da República é norma autoaplicável, de modo que a exigência nele contida incide mesmo antes da edição da Lei nº 8.935/1994. Precedentes desse Supremo Tribunal Federal. Manifestação pela procedência do pedido.”* (eDOC. 26)

O PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA reitera as razões lançadas na inicial e requer a procedência do pedido, nos termos em que formulado (eDOC. 29).

**É o relatório.**